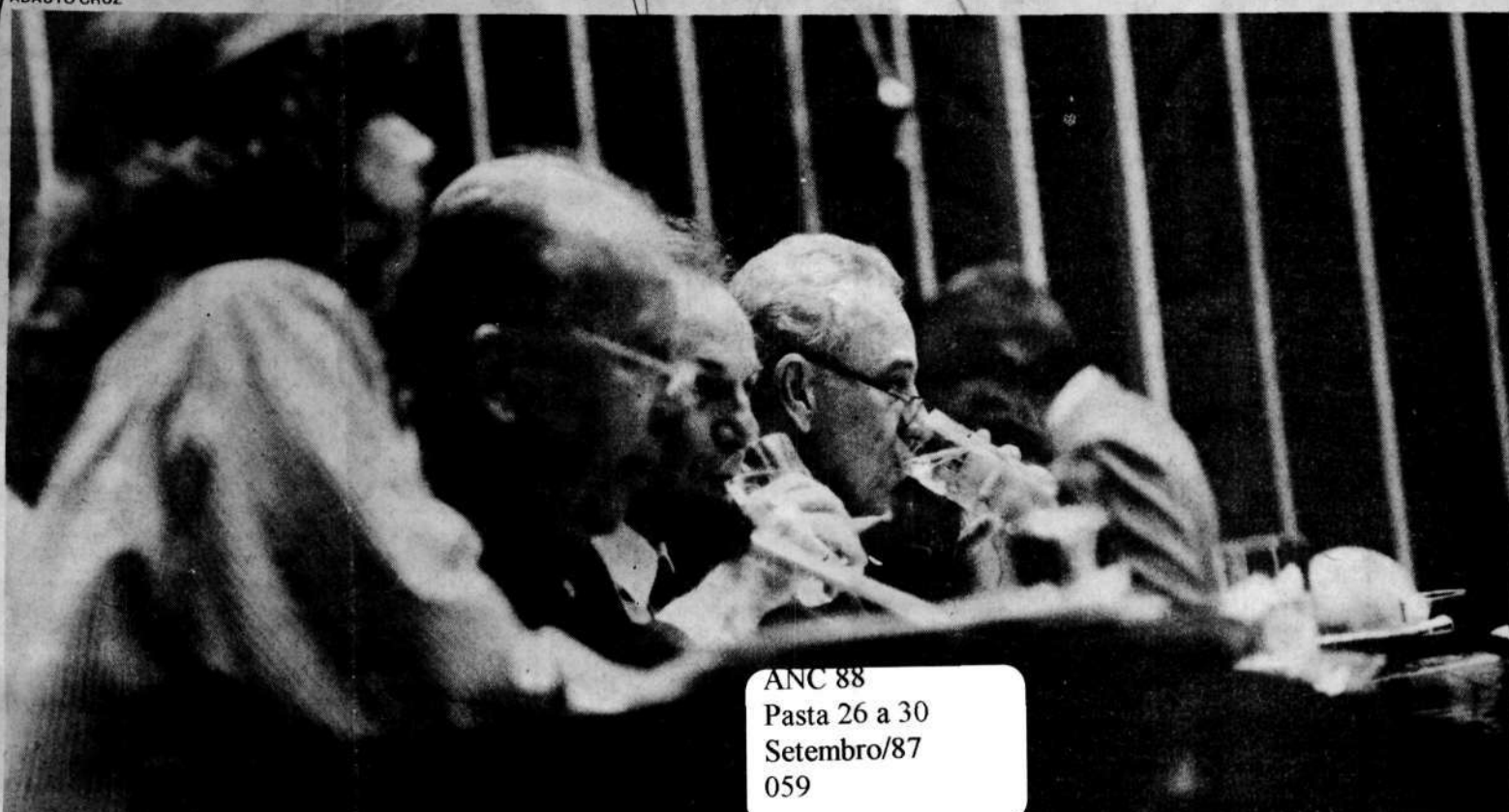


ADAUTO CRUZ



ANC 88  
Pasta 26 a 30  
Setembro/87  
059

Cabral e Paulo Affonso: água para refrescar no calor das intermináveis discussões na Sistematização, cujas votações empacaram

## PFL não faz acordo com parlamentaristas

Os parlamentaristas do PFL decidiram suspender as negociações das disposições transitórias, onde eles defendem a implantação gradual do sistema parlamentar de governo, até que se tenha solução para a crise deflagrada pelo partido, ao romper a Aliança Democrática. A decisão foi comunicada ao presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel.

Segundo a deputada Sandra Cavalcanti, um dos 13 parlamentaristas do PFL — até a próxima terça-feira o grupo pretende aguardar o desenrolar das negociações que estão se processan-

do com o presidente José Sarney, para, em seguida, prosseguir nas articulações para se implantar o parlamentarismo. A deputada, lembrou que, antes mesmo da ruptura, muitos constituintes do PFL sofreram pressões do governo para mudarem suas posições mas a tentativa de aliciamento não tinha surtido resultado. Ela quer agora comprovar que a decisão tomada pelo partido é séria e não está sujeita a pressões.

O vice-líder do PFL, deputado Alcení Guerra (PR) disse que a suspensão das negociações visa principalmente a

concessão de um tempo mais dilatado para que o Planalto recomponha suas forças. Disse ainda que não existe nenhuma possibilidade de que seu grupo venha a apoiar a implantação imediata do sistema parlamentarista, em represália a qualquer atitude do governo.

— Nós defendemos a implantação gradual em dois anos, porque entendemos que não se pode fazer uma transição de um sistema para outro de maneira brusca. Nas negociações, o máximo que admitimos é reduzir este prazo para um ano.

## Cafeteira: sistema poderá levar governador à renúncia

São Luís — O governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, está disposto a levar até às últimas consequências, sua pregação contra a tendência parlamentarista que se delineia na Assembleia Nacional Constituinte.

Na mais ampla análise do quadro político que fez à imprensa desde que assumiu o governo maranhense, Cafeteira, disse que o rompimento da Aliança desencadeou uma reforma partidária, classificou a proposta do regime parlamentarista de "tentativa de cassação", renegou o colégio eleitoral, questionou a legitimidade da Constituinte, prometeu que junto com os demais governadores vai cobrar uma definição do PMDB, anunciou que vai denunciar "essa manobra ao povo, e previu a formação de um partido do presidente José Sarney, ao qual poderá se filiar, se seu

partido não mudar suas posições.

Cafeteira acredita que o rompimento da Aliança Democrática não tem qualquer reflexo no Maranhão, na medida em que, independente dos partidos, existe no estado, um grupo político majoritário que jamais negará apoio ao Presidente. No plano nacional, Cafeteira acha que o Presidente da República dispõe agora das condições ideais para articular sua base de apoio parlamentar. "Rompida a Aliança, o presidente Sarney deve formar sua própria bancada e seu próprio partido, porque não deve e nem vai mais ficar na dependência desses partidos. O governo também deve ser homogeneizado, com a demissão dos ministros parlamentaristas. O ministro tem que estar consoante com o Presidente" — enfatizou. Cafeteira revelou que

todos os governadores do País estão articulando para travar uma batalha de vida ou morte contra a implantação do parlamentarismo. O passo inicial é cobrar uma definição clara da cúpula partidária sobre a posição a ser tomada pelo partido. Ao mesmo tempo, vão desencadear pressões junto às bancadas na Constituinte. Finalmente, partirão para uma campanha de denúncia pública, utilizando todos os meios de comunicação. "Vamos para as ruas, vamos mostrar ao povo essa incoerência".

Radicalmente contrário à tese parlamentarista, Cafeteira nega sequer admitir a possibilidade de implantação desse sistema político no País, principalmente se ele for extensivo aos estados e municípios, conforme propõe o substitutivo do relator Bernardo Cabral.

## Silva: o povo não suportaria

Teresina — O governador Alberto Silva, do Piauí, afirmou que o País e o povo brasileiro não suportariam a instabilidade política-administrativa causada por um regime de governo parlamentarista.

— Se hoje o partido rompe uma Aliança por causa de uma simples nomeação de superintendente, imaginem como seria a confusão sob o parlamentarismo com grupos políticos derrubando gabinetes a todo instante — disse ele.

O governo condenou com veemência o parlamentarismo e afirmou que a introdução desse regime nos termos propostos no segundo substitutivo do relator da Constituinte, Bernardo Cabral, "não passa de um golpe político".

Segundo o Governador a experiência parlamentarista mais recente do Brasil foi uma verdadeira palhaçada, onde ninguém entendeu ou mandava. Por este motivo considera a proposta parlamentarista

"uma bobagem desnecessária e até pedante".

Na entrevista, o Governador piauiense comparou a obra do presidente José Sarney à que foi realizada por Juscelino Kubitschek: "Acho que o Governo Sarney representa para o País, e especialmente para o Nordeste, aquilo que Juscelino representou para o Brasil. Não reconhecer isso e não ajudar o presidente Sarney é no mínimo impatriótico".

### REFERENDO

O líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli, aderiu à proposta de convocação de um plebiscito nacional para analisar a futura Constituição a ser aprovada pelo Congresso Nacional Constituinte. Ao apresentar um pedido de destaque para o artigo 10 das disposições transitórias do substitutivo do relator Bernardo Cabral, o senador gaúcho propõe que o referendo seja feito 60 dias após a aprovação da nova

Carta. "Se a Constituição for rejeitada pelo voto popular serão convocadas novas eleições para a formação de outra Assembleia Nacional Constituinte", defende Chiarelli.

Lembrando que a prática de consulta popular existe em muitos países, Chiarelli argumenta que "assim como o povo deu poderes para que os constituintes elaborassem a nova Lei, é natural que ele examine e dê sua opinião soberana ao final". O líder do PFL acrescenta que, se houver reprovação popular, os atuais constituintes perderiam seus mandatos, que seriam extintos assim que tomasse posse a próxima Assembleia Constituinte. Chiarelli acha indispensável que toda população dê seu aval às mudanças importantes que podem surgir com a nova Constituição, como a mudança do sistema de governo para o parlamentarismo. "Isso evitaria o surgimento dos fantasmas da desestabilização", conclui.

## Sistematização não vota nada em meio a tumultos

Em quase cinco horas de reunião, a Comissão de Sistematização votou ontem apenas dois pedidos de destaque, rejeitando-os. Uma série de discussões sobre questões regimentais e a falta de uma postura firme da mesa na condução dos trabalhos dominaram a tumultuada reunião. A questão do aborto foi discutida mas não decidida, e o líder do PMDB no Senado, num momento de maior confusão, chegou a sugerir a renúncia da mesa.

Na opinião do líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), a confusão pode decorrer de uma manobra dos setores ligados ao Palácio do Planalto para inviabilizar a votação do substitutivo na Comissão, jogando-o para o plenário, onde a correlação de forças é mais favorável ao governo.

No início da reunião, o deputado José Genoino (PT-SP), tentou submeter à votação o texto do primeiro projeto, resultante das comissões temáticas, na parte relativa aos direitos individuais e coletivos. Um grande debate foi provocado pela tentativa de Genoino, já que o título do substitutivo correspondente ao tema havia sido votado no sábado. O presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), pediu calma ao plenário, e acabou suspendendo a sessão para discutir a matéria com os líderes. Nesse intervalo, segundo o líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), Arinos sentiu uma dor no peito. Quarenta e cinco minutos depois, o senador reabriu a sessão, e informou que as lideranças concluíram pela improcedência do pedido de Genoino. O deputado do PT protestou, disse que no sábado a orientação da Mesa foi diferente, mas não adiantou. Segundo Genoino, se fosse possível pedir preferência para a votação do projeto original ou do 1º substitutivo do relator Bernardo Cabral, haveria a perspectiva de aprovação de textos mais progressistas, como os referentes à empresa nacional e às Forças Armadas.

A primeira votação foi de um pedido de destaque de Lysáneas Maciel (PDT-RJ), que desistiu de alguns itens da sua emenda e propôs a apreciação de outros, o que foi questionado. A falta de uma explicação clara de Lysáneas sobre sua proposta — que pretendia criar o habeas-data coletivo, entre outras sugestões — gerou fortes reações, e o

plenário rejeitou o pedido, depois de nova confusão. A votação seguinte seria de uma emenda do senador José Richa (PMDB-PR). O número da emenda foi anunciado, mas Richa confundiu-a com uma outra, contra o aborto. Somente depois de toda a discussão sobre o aborto, é que Arinos informou que a emenda sob votação não era aquela.

Cristina Tavares (PMDB-PE), encaminhou contra a proposta de Richa, afirmando que 300 mil mulheres morrem por ano no País, vítimas do aborto clandestino. Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), argumentou a favor da proibição, garantindo o direito à vida a partir da concepção, nos termos da emenda do senador.

Quando a impressão era a de que a matéria seria votada, houve grande tumulto no plenário. Constituintes discutiam aos gritos, e a polémica girava em torno do fato de Richa ter destacado uma parte de sua emenda, o que regimentalmente seria vedado. O senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) comentou, a um canto, que a sessão havia virado "o samba do crioulo doido". Uma Mesa indecisa contribuiu para o aumento da confusão, e Richa acabou retirando seu pedido de destaque "para o bom andamento dos trabalhos". Antes da desistência, Marcondes Gadelha (PFL-PB) e Pimenta da Veiga (PMDB-MG) condenaram a proposta que impediu o aborto até mesmo no caso de risco para a gestante e de estupro, e o relator-adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS), sustentou que o tema deve ser definido "pelo processo social, pela lei e quem sabe pelo plebiscito".

Arinos deixou a presidência, assumida por Aluizio Campos (PMDB-PB), que pretendeu adiar a votação de outros pontos da proposta de Richa para hoje (28). Os protestos vieram imediatamente, e Fernando Henrique desabafou:

— Não é possível o País inteiro esperando decisões, e nós nos perdendo em discussões.

A esta altura, todos os integrantes da Comissão estavam de pé, uns condenando aos gritos e outros aplaudindo o presidente.

Richa desistiu dos demais itens e a Comissão passou então à votação de um destaque de Nelson Friedrich (PMDB-RS), também rejeitado.

## Perosa: projeto não atende os paulistas

O projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral é conciliador ao tratar da questão da representatividade do povo paulista na Câmara dos Deputados. Esta é a opinião do deputado Antonio Perosa, (PMDB-SP) que não está satisfeito com a elevação para 80 da bancada de seu Estado, que atualmente conta com 60 deputados.

Perosa diz que Cabral utiliza em seu texto emenda do deputado Geraldo Alckmin, que fixa em 507 o número de integrantes da Câmara dos Deputados. "Trata-se de uma emenda conciliatória, pois a proporcionalidade deve ser estabelecida em função do número de eleitores e não do de habitantes", diz Perosa acrescentando que a forma de balancear o poder representativo entre os Estados é a função bicameral, onde o Senado, independente do número de eleitores, tem uma representação fixa para Estados e Territórios.

Assinala o deputado paulista que a atual Constituição no seu artigo 39 limita o número de deputados em 487, fixa que nenhum Esta-



Antonio Perosa

do pode ter mais de sessenta representantes na Câmara e ainda estabelece a proporção com base no número de habitantes. "Quando o Acre elege 8 deputados com 373 mil habitantes, São Paulo precisa 499 mil 800 habitantes para eleger um deputado. Os eleitores paulistas estão com sua vontade cassada", afirma Perosa.

Para ele é necessário restaurar a proporcionalidade, pois só assim o voto do brasileiro não irá diminuir de valor pelo simples trânsito pelo território nacional.

## GEN. NEWTON CYRO BRAGA (MISSA DE 7.º DIA)

Maria Luiza, Luiz Alberto, Maria Tereza, Iza Gicelda, Ozeas, Márcio, André, Felipe, Fernanda e Maria Luiza, participam o falecimento de seu esposo, pai, sogro e avô, e convidam para a missa de 7.º dia a ser realizada no dia 30 de setembro (quarta-feira) às 17:15 horas no Oratório do Soldado no SMU.